RELATORA: JUÍZA DE DIREITO HELOÍSA CARIELLO.

EMENTA:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – INDEFERIMENTO DE NOMEAÇÃO DE BEM À PENHORA CABIMENTO – ORDEM LEGAL DE PREFERÊNCIA DO ART. 11, DA LEI Nº 6.830/80 – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS ELEMENTOS CONCRETOS PARA A INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE – EXISTÊNCIA DE CONSTRIÇÕES DESDE 2005 SOBRE O IMÓVEL INDICADO, PARA GARANTIA DE DÍVIDA PREVIDENCIÁRIA DE GRANDE VULTO – IMÓVEL LOCALIZADO EM FORO DIVERSO DO DA EXECUÇÃO RECUSA JUSTIFICADA – AGRAVO DESPROVIDO.

1. Relativamente à objeção lançada à afirmada necessidade de observância da ordem de preferência legal estabelecida nos arts. 835 do CPC e 11 da Lei n. 6.830/80, aliada à invocação genérica ao princípio da menor onerosidade, oportuno destacar, por primeiro, que o processo de execução objetiva a satisfação de crédito líquido e certo, já cristalizado ou definido em título judicial ou extrajudicial, a fim de eliminar um inadimplemento. Não está a parte exequente, assim, obrigada a aceitar bens de difícil comercialização, a teor do art. 854 do Código de Processo Civil/2015, que determina que a penhora deve recair, em primeiro lugar, sobre o dinheiro em espécie ou aplicação em instituição financeira. Disso extrai-se que o ativo financeiro foi equiparado ao dinheiro pela nova disposição legal, sendo incabível a exigência de que se esgotem as tentativas de localização de bens penhoráveis a fim de que a penhora on-line/ativos financeiros seja deferida.

2. Daí aferir que, ainda que seja factível a realização da execução de modo menos oneroso ao devedor (CPC, art. 805) e em que pese o caráter relativo da gradação estabelecida no art. 835 do Código de Processo Civil e no art. 11 da Lei de Execução Fiscal (Lei 6.830/80), é prerrogativa da parte exequente a aceitação de bens ofertados à penhora, cabendo-lhe a verificação acerca de sua conveniência e da observância da ordem legal, sendo-lhe dado, inclusive, recusar a nomeação de bens à penhora que não se afiguram idôneos à garantia do Juízo. Sob tal perspectiva, embora a ordem legal da nomeação de bens à penhora estabelecida no artigo 11 da Lei de Execução Fiscal não seja absoluta, é lícito ao credor, bem assim ao julgador, a não aceitação da nomeação de bens que traga prejuízo à rápida e eficaz satisfação do crédito. A execução é feita, como já dito, em benefício do exequente, e não do executado. (STJ – RESP 1.337.790/PR, submetido à sistemática de recursos repetitivos).

3. A cogitada relativização do rol do art. 835 do Código de Processo Civil, portanto, em que pese possível, deve operar-se apenas em situações justificadas e/ou excepcionais, devidamente comprovadas, desde que a substituição da penhora não acarrete desvantagem ao credor e muito menos impeça que se valha ele de todos os meios estabelecidos em lei para a satisfação do seu crédito. No caso, a despeito das alusões feitas no sentido de que a simples existência de constrições sobre o imóvel – no caso, 01 (uma) penhora e 01 (um) arrolamento de bens – não poderia servir de espeque ao indeferimento do pleito, já que se estaria presumindo a inadimplência da agravante, além de não antever risco à pretensão executória, é certo que referida circunstância é hábil a mitigar, por si só, a higidez da nomeação, tornando legítima a adoção da providência aqui objetada, até mesmo porque o exequente não é obrigado a aceitar nomeação de imóvel à penhora, que não se apresente livre de qualquer ônus, o que aqui não se vê.

4. Agravo de Instrumento desprovido.

Vistos etc.

ACORDAM os Membros do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, de conformidade com a ata e notas taquigráficas da sessão, que integram este julgado, à unanimidade de votos, em NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto da eminente Relatora.

SALA DAS SESSÕES, 16 de outubro de 2019.

JUÍZA DE DIREITO HELOÍSA CARIELLO, RELATORA

Documentos da DG

Portarias

PORTARIA Nº. 379/2019

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO, NA FORMA DO § 2º, ART. 7º, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 22.054/05, E DO ATO Nº 36/97 DA PRESIDÊNCIA DESTE REGIONAL,

Resolve conceder diárias na forma discriminada a seguir:

DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:
RECONHECER 2019, evento integrante da 11ª Semana do Servidor.

DESTINO: Vitória - ES

DATA DE CHEGADA: 25/10/2019

DATA DE SAÍDA: 25/10/2019

BENEFICIÁRIO(S)

NOME: **CLAUDIO DE SOUZA JANUARIO** CARGO/FUNÇÃO: FC-6 VALOR: R\$ 168,64

Vitória, ES, 21 de outubro de 2019.

ALVIMAR DIAS NASCIMENTO

DIRETOR GERAL

PORTARIA Nº. 378/2019

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO, NA FORMA DO § 2º, ART.7º, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 22.054/05, E DO ATO Nº 36/97 DA PRESIDÊNCIA DESTE REGIONAL,

Resolve conceder diárias na forma discriminada a seguir:

DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:

RECONHECER 2019, evento integrante da 11ª Semana do Servidor.

DESTINO: Vitória - ES

DATA DE CHEGADA: 25/10/2019

DATA DE SAÍDA: 25/10/2019

BENEFICIÁRIO(S)

NOME: **BENEIR CUNHA DA SILVA JUNIOR** CARGO/FUNÇÃO: FC-6 VALOR: R\$ 168,64

Vitória, ES, 21 de outubro de 2019.

ALVIMAR DIAS NASCIMENTO

DIRETOR GERAL

PORTARIA Nº. 380/2019

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO, NA FORMA DO § 2º, ART.7º, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 22.054/05, E DO ATO Nº 36/97 DA PRESIDÊNCIA DESTE REGIONAL,

Resolve conceder diárias na forma discriminada a seguir:

DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:

RECONHECER 2019, evento integrante da 11ª Semana do Servidor.

DESTINO: Vitória - ES

DATA DE CHEGADA: 25/10/2019

DATA DE SAÍDA: 25/10/2019

BENEFICIÁRIO(S)

NOME: **LUIZ CLAUDIO SIMOES AYRES** CARGO/FUNÇÃO: FC-1 VALOR: R\$ 504,64

Vitória, ES, 22 de outubro de 2019.

ALVIMAR DIAS NASCIMENTO

DIRETOR GERAL

PORTARIA Nº. 381/2019

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO, NA FORMA DO § 2º, ART.7º, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 22.054/05, E DO ATO Nº 36/97 DA PRESIDÊNCIA DESTE REGIONAL,

Resolve conceder diárias na forma discriminada a seguir:

DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:

RECONHECER 2019, evento integrante da 11ª Semana do Servidor.